



Transmissora de Energia
Central Paulistana S.A.

Demonstrações Contábeis

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de janeiro de 2023 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023f, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 5 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

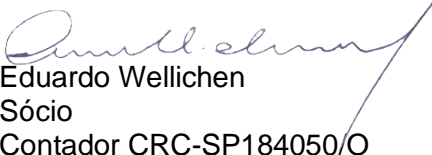
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

Balanço patrimonial
Período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023
ATIVO		
CIRCULANTE		
		748
Caixa e equivalentes de caixa	4	1
Investimentos de curto prazo	5	502
Concessionárias e permissionárias	6	245
NÃO CIRCULANTE		
		54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	54
TOTAL DO ATIVO		802
PASSIVO		
CIRCULANTE		
		406
Fornecedores	7	381
Tributos e contribuições sociais a recolher		24
Outros passivos		1
NÃO CIRCULANTE		
		501
Encargos regulatórios		1
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		(105)
Capital social	10.a	2
Prejuízo acumulado	10.b	(107)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

Demonstração do resultado
Período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023
Receita de operação e manutenção		218
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	<u>218</u>
CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo dos serviços prestados	12	(381)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(163)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(163)</u>
Receitas financeiras	13	2
		<u>2</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(161)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	54
		<u>54</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>(107)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(107)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(107)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia, capital inicial em 05 de janeiro de 2023	2	-	2
Prejuízo do período de 05 de janeiro de 2023 até 31 de janeiro de 2023	-	(107)	(107)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2	(107)	(105)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TECP - Transmissora de Energia Central Paulista S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(161)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Receita de aplicações financeiras		(2)
		(163)
Redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	6	(245)
		(245)
Redução no passivo		
Fornecedores	7	381
Tributos e contribuições sociais a recolher		24
Outros passivos		2
		407
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em investimento de curto prazo		(500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(500)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	10	2
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	500
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		502
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		1
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício		-
Saldo no final do exercício		1
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A TECP - Transmissora de Energia Central Paulistana S.A. (“Companhia” ou “TECP”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, Sala K, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04547-006, foi constituída em 05 de janeiro de 2023 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
015/2023	30	2053	R\$ 69.500	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2023-2024, conforme contrato de concessão nº 015/2023.

Em 22 de dezembro de 2023 o contrato de concessão nº 15/2023-ANEEL foi celebrado, tendo como objeto a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para atuar na SE 345-230/88-20 kV Centro, na implantação de novo serviço na subestação em 345 kV em barramento isolado (GIS), substituição do barramento GIS em 88 kV, implantação e substituição das transformações para 345-230/88 kV e 345-230/20-20 kV.

A TECP, a partir da data de celebração do contrato de concessão, é responsável pela operação e manutenção da SE Centro, desta forma e conforme definido no contrato de concessão, a Companhia possui direito à parcela de RAP, a ser realizada a partir do ciclo 2024/2025, equivalente a 11,84% da RAP total do contrato de concessão.

A Companhia terá direito ao percentual restante da RAP mediante a implantação citada acima, devendo entrar em operação comercial até a data de 22 de dezembro de 2028.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a assinatura do contrato de concessão inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. De acordo com as obrigações de performance cumpridas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou Receita de operação e manutenção. As demais receitas listadas abaixo serão reconhecidas de acordo com a evolução da implantação de infraestrutura detalhada no contexto operacional (nota 1).

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após assinatura do contrato de concessão e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 7,01% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

A partir da assinatura do contrato de concessão e após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Provisão para redução ao valor de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>	
Numerário disponível	1
	<u>1</u>

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2023
<u>Investimentos de curto prazo</u>	
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	502
	<u>502</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023.

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023
<u>Concessionárias e permissionárias</u>	
Encargos de uso da transmissão faturados	245
	<u>245</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Fornecedores

O saldo do contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de serviços tomados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Adicionalmente, a Companhia não realiza nenhuma operação de “forfait” para viabilizar o pagamento dos seus credores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 381.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, decorrem de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, reconhecidos com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final do exercício.

	31/12/2023	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(161)	(161)
Base de cálculo	(161)	(161)
Imposto diferido - base de cálculo	(161)	(161)
Alíquota aplicada	25%	9%
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	(40)	(14)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(40)	(14)
Total IR e CS alíquota aplicada (*)		(54)
		<u>(54)</u>

(*) A Composição do Imposto de renda e Contribuição social diferidos correspondem a movimentação no resultado do período.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

A Companhia tem a expectativa de realização dos saldos ativos diferidos sobre base de prejuízo fiscal até o exercício de 2025 a partir da evolução da implantação de infraestrutura.

9. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em dezembro de 2023 os acionistas da Companhia efetuaram aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 500.

10. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

a. Capital social

Em 05 de janeiro de 2023, através de Assembleia Geral, a Companhia “TECP” foi constituída e foi subscrito o Capital Social de R\$ 2, mediante a emissão de 1.607 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 23 de maio de 2023 o capital social acima foi integralizado na forma de recebimento de aporte por parte dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 2, representado por 1.607 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	31/12/2023	
	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>		
Alupar Investimento S/A	1.606	99,94%
Mercury Investments Participações S.A.	1	0,06%
Total das ações	1.607	100%

b. Prejuízo Acumulado

No período de 05 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou e constituiu prejuízo no valor de R\$ 107.

11. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2023
<u>Receita operacional bruta</u>	245
Receita de operação e manutenção	245
<u>Deduções da receita operacional</u>	(27)
Programa de Integração Social - PIS	(4)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(20)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(1)
Taxa de fiscalização	(1)
Receita operacional líquida	218

12. Custo dos serviços prestados

	31/12/2023
Custos dos serviços prestados	
Serviços de terceiros	(381)
Total custos dos serviços prestados	(381)

13. Receitas financeiras

	31/12/2023
<u>Receitas financeiras</u>	2
(*) Receita de aplicações financeiras	2
Total líquido	2
(*) Receita de aplicações financeiras líquida de impostos	

14. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo		
Ativo				
Caixa	1	1	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	502	502	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	245	245	-	Custo amortizado
	748	748		
Passivo				
Fornecedores	381	381	-	Custo amortizado
	381	381		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

d. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

14. Instrumentos financeiros - Continuação

i. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.592 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

ii. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

iii. Risco de Preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

iv. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

v. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

14. Instrumentos financeiros - Continuação

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimento de curto prazo	CDI	502	43	22	32	54	65
		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%	

15. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2024
Seguro Garantia	24.918	302	22/03/2029
Total	74.918	303	

16. Eventos subsequentes

Com o intuito de capitalizar a Companhia e na expectativa de realização da integralização do capital dentro dos próximos 120 dias, em janeiro de 2024 os acionistas da Companhia efetuaram aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital no montante total de R\$ 1.700.

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2